

PARECER N.º /2025.

COMISSÃO DE SERVIÇOS, OBRAS, TRANSPORTE E VIAÇÃO MUNICIPAIS.

PROJETO DE LEI N.º 48/2025.

OBJETO: ALTERA A LEI N.º 2.366, DE 17 DE ABRIL DE 2006, QUE “ESTABELECE NORMAS SOBRE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA E INSTITUI O FUNDO ESPECIAL DE SUCUMBÊNCIA – FESC.”

AUTOR: PREFEITO THIAGO MARTINS RODRIGUES.

RELATOR: VEREADOR EUGÊNIO FERREIRA.

1. .Relatório:

O Projeto de Lei n.º 48/2025 é de autoria do Prefeito Thiago Martins Rodrigues, que “altera a Lei n.º 2.366, de 17 de abril de 2006, que “estabelece normas sobre honorários de sucumbência e institui o Fundo Especial de Sucumbência – Fesc”.

Cumpridas as etapas do processo legislativo foi encaminhada a presente matéria a esta Comissão a fim de ser emitido parecer para conhecer do mérito da proposição, sob a relatoria deste Vereador, por força do r. despacho do Presidente desta Comissão.

2. Fundamentação:

Vencidas as questões de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e financeira, compete a esta Comissão analisar o mérito da matéria.

O Projeto de Lei sob comento foi distribuído à Douta Comissão de Serviços, Obras, Transporte e Viação Municipal, por força do disposto no inciso III do artigo 102 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a fim de obter uma análise do mérito que assim diz:

III – Serviços, Obras, Transporte e Viação Municipais:

- a) matérias relativas ao serviço público da administração direta e indireta, inclusive fundacional e autárquica;*
- b) regime jurídico dos servidores municipais;*
- c) regime jurídico-administrativo dos bens públicos;*
- d) prestação de serviços públicos em geral;*
- e) fiscalização e acompanhamento de obras públicas;*
- f) matérias atinentes ao funcionalismo público municipal;*



- g) sistema de transporte público coletivo de passageiros, tráfego e trânsito; Inclusão feita pelo Art. 13. - Resolução nº 537, de 21 de dezembro de 2004.
- h) exploração, direta ou mediante concessão, de serviço público de transporte e seu regime jurídico; Inclusão feita pelo Art. 13. - Resolução nº 537, de 21 de dezembro de 2004.
- i) política de educação para segurança do trânsito;
Inclusão feita pelo Art. 13. - Resolução nº 537, de 21 de dezembro de 2004.
- j) sistema viário municipal;
Inclusão feita pelo Art. 13. - Resolução nº 537, de 21 de dezembro de 2004.
- k) ações do Conselho Municipal de Trânsito; e
Inclusão feita pelo Art. 13. - Resolução nº 537, de 21 de dezembro de 2004.
- l) tarifas, itinerários e pontos de parada dos concessionários de serviço público de transporte coletivo; Inclusão feita pelo Art. 13. - Resolução nº 537, de 21 de dezembro de 2004

A matéria tem o fim de alterar a Lei n.º 2.366, de 17 de abril de 2006, que “estabelece normas sobre honorários de sucumbência e institui o Fundo Especial de Sucumbência – Fesc.”.

MENSAGEM N.º 045, DE 30 DE MAIO DE 2025

Com meus cordiais cumprimentos, encaminho, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso Projeto de Lei que “altera a Lei n.º 2.366, de 17 de abril de 2006, que “estabelece normas sobre honorários de sucumbência e institui o Fundo Especial de Sucumbência – Fesc.” 2. A presente proposição tem por objetivo atualizar e aperfeiçoar o regramento relativo à destinação e distribuição dos honorários advocatícios de sucumbência no âmbito da Procuradoria Geral do Município, em conformidade com a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal e os princípios que regem a Administração Pública. 3. A propositura busca reafirmar que os honorários advocatícios sucumbenciais têm natureza privada e pertencem exclusivamente aos servidores ocupantes de cargos efetivos privativos de advogado da Procuradoria Geral do Município, estando sua percepção condicionada ao efetivo exercício das funções jurídicas inerentes ao cargo. 4. Ao aperfeiçoar o regramento relativo à destinação e distribuição dos honorários sucumbenciais, a matéria legislativa garante que os honorários têm natureza variável e não remuneratória e não se incorporam aos vencimentos, tampouco serve como base para outros benefícios. No que se refere a forma de distribuição, a propositura estabelece que o rateio será igualitário entre os servidores em exercício no momento da formalização do pedido de distribuição. 5. O novo texto detalha as situações que excluem o servidor do rateio, como o afastamento para exercício de cargos fora da Procuradoria e a fruição de licenças por mandato eletivo, saúde prolongada, interesses particulares, entre outros. Ao mesmo tempo, mantém o direito ao rateio em casos como férias, licença-prêmio, licença-gestante e paternidade, entre outros afastamentos previstos legalmente. 6. Como se sabe, os honorários advocatícios sucumbenciais constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, bem como do advogado público, nos termos dos §§14º e 19º do artigo 85 do Código de Processo Civil.



7. Muito embora o Código de Processo Civil e o Estatuto da Advocacia não deixem margem para dúvidas, o tema já foi objeto de ações diretas de inconstitucionalidade, e o C. Supremo Tribunal Federal assim decidiu: *EMENTA Ação direta de inconstitucionalidade. Artigo 2º, § 5º, da Lei nº 2.913/12 do Estado de Rondônia, incluído pela Lei nº 3.526/15. Destinação aos procuradores estaduais de honorários advocatícios incidentes na hipótese de quitação da dívida ativa em decorrência da utilização de meio alternativo de cobrança administrativa ou de protesto de título. Constitucionalidade. Necessidade de observância do teto remuneratório. 1. À luz da jurisprudência da Corte, não viola o art. 22, inciso I, da Constituição Federal ou o regime de subsídio ou os princípios da impessoalidade, da isonomia, da moralidade e da razoabilidade lei estadual que destina aos procuradores estaduais honorários advocatícios incidentes na hipótese de quitação da dívida ativa em decorrência da utilização de meio alternativo de cobrança administrativa ou de protesto de título. Precedentes (ADI nº 6.165/TO, ADI nº 6.178/RN, ADI nº 6.181/AL, ADI nº 6.197/RR, ADI nº 6.053/DF, ADI nº 6.159/PI, ADI nº 6.170/CE e ADPF nº 597/AM). 2. Necessidade de a soma do subsídio e dos honorários advocatícios pagos aos procuradores estaduais se submeter ao teto remuneratório previsto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal. 3. Ação direta julgada parcialmente procedente, conferindo-se interpretação conforme à Constituição Federal ao art. 2º, § 5º, da Lei nº 2.913 do Estado de Rondônia, de 3 de dezembro de 2012, incluído pela Lei nº 3.526/15, de modo a estabelecer que a soma dos subsídios e dos honorários percebidos mensalmente pelos procuradores do Estado não poderá exceder o teto remuneratório, nos termos do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal. (ADI 5910, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 30-05-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-115 DIVULG 13-06-2022 PUBLIC 14-06-2022) Ementa: Direito Administrativo e Constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Recebimento de honorários sucumbenciais por advogados públicos. Procedência parcial. 1. Ação direta em que se discute a constitucionalidade dos arts. 10, XII; 49, § 2º, V; 90-A e 90-B da Lei Complementar Estadual nº 56/2005, e do art. 4º da Lei Complementar Estadual nº 201/2014, ambas do Estado do Piauí, que disciplinam o pagamento de honorários sucumbenciais aos Procuradores do Estado. 2. Em recente decisão, proferida em caso análogo à presente ação, o Plenário do Supremo Tribunal firmou os seguintes entendimentos: (i) o pagamento de honorários sucumbenciais aos advogados públicos é constitucional; (ii) o recebimento da verba é compatível com o regime de subsídios, nos termos do art. 39, § 4º, da Constituição; e (iii) os honorários sucumbenciais, somados às demais verbas remuneratórias, devem estar limitados ao teto constitucional disposto no art. 37, XI, da Constituição (ADIs 6165, 6178, 6181, 6197, Rel. Min. Alexandre de Moraes, e ADI 6053, Rel. para acórdão Min. Alexandre de Moraes, julgadas na Sessão Virtual de 12.06.2020 a 19.06.2020). 3. Ação direta julgada parcialmente procedente, com a fixação da seguinte tese: “É constitucional o pagamento de honorários sucumbenciais aos advogados públicos, observando-se, porém, o limite remuneratório previsto no art. 37, XI, da Constituição”. (ADI 6159, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 24-08-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-279 DIVULG 24- 11-2020 PUBLIC 25-11-2020) (grifos intencionais)*



8. Na linha da jurisprudência, o projeto de lei estabelece, ainda, o limite remuneratório, vedando que a soma de vencimentos e honorários sucumbenciais ultrapasse o teto constitucional fixado com base no subsídio de Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. 9. Importante registrar que os honorários sucumbenciais não constituem encargo para Município de Unaí, já que são pagos pela parte vencida ou devedora nos termos da sentença, com depósito obrigatório na conta do Fundo Especial de Sucumbência – Fesc. 10. Trata-se, portanto, de medida de natureza técnica, legal e administrativa, que fortalece a atuação institucional da Procuradoria Geral do Município e valoriza os servidores jurídicos responsáveis pela defesa do interesse público em juízo. 11. São essas as razões que nos motivam a submeter à apreciação dessa Laboriosa Casa o presente Projeto de Lei, com o intuito de que a matéria seja deliberada nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno.

De acordo com o exposto, não resta dúvida de que o assunto proposto está devidamente elencado no bojo de atribuições desta Comissão.

Este Relator entende que o Projeto seja plausível, em conformidade com a Mensagem n.º 045, de 2025 e o Parecer do Ibam n.º 1805/2025, em anexo.

Sem mais para o momento, passa-se à conclusão.

3. Conclusão:

Ante o exposto, voto favoravelmente ao Projeto de Lei n.º 48/2025.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, data da assinatura eletrônica; 81º da Instalação do Município.

VEREADOR EUGÊNIO FERREIRA
Relator





CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

Av. José Luiz Adjuto, nº 117, Centro, Unaí - MG, CEP: 38.610-066.

CNPJ:19.783.570/0001-23.

Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **EUGENIO FERREIRA DOS SANTOS - VEREADOR EUGÊNIO FERREIRA**, CPF: 869.99*. **1-*3 em 29/08/2025 17:12:04, Cód. Autenticidade da Assinatura: 17K0.1K12.704X.V263.1436, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **4B8.052** - Tipo de Documento: **PARECER - Nº 434/2025**.

Elaborado por **JULIANA BERGMAN SILVA**, CPF: 088.29*. **6-*7, em 29/08/2025 - 17:01:39

Código de Autenticidade deste Documento: 1777.7R01.4394.K61H.2467

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

<https://zeropapel.unai.mg.leg.br/verdocumento>

